

Difícil de acabar

NUNCA se poderá exagerar a importância do trabalho que está sendo realizado pela CPI do Orçamento — missão, para o Congresso, tão difícil e vital quanto o processo que levou à declaração de impeachment do presidente Collor.

OS trabalhos avançam; e não se pode dizer que tenha havido lentidão ou atropelo no que foi feito até agora. Mas a CPI terá de levar em conta não apenas que sobre ela estão os olhos da opinião pública, como também que, tão importante quanto abrir uma investigação, é saber quando afunilar os trabalhos no sentido da conclusão.

NUM panorama como o que foi aberto pelo testemunho-bomba de José Carlos dos Santos, há muito a investigar. O que já se descobriu faz nascer a tentação de investigar sempre mais, em todas as direções. A política brasileira não é um território onde problemas como o da corrupção estejam circunscritos a um pequeno canteiro: há sementes e brotos por todos os lados. Mas o trabalho tem prazo; e é bom que, ressalvados os prolongamentos indispensáveis, não se perca a noção de que é preciso chegar a um desfecho — o quanto antes, melhor.

NÃO se trata apenas de que a simples marcha da CPI espalhe ondas de letargia por todos os cantos do cenário político, contaminando tudo com o selo do provisório. A verdade é que este é um país em que tudo se começa com grande entusiasmo, e

bastante barulho; mas a noção de desfecho e conclusão, característica das nações e personalidades adultas, fica relegada a segundo plano.

COM isso, os problemas tendem a acavalar-se uns sobre os outros; e dissemina-se a sensação de que nada chega a bom termo — o que, em matéria de investigação criminal, é sinônimo de impunidade.

O PAÍS viveu, por exemplo, a novela do impeachment, em 1992. Para evitar a decretação do impedimento, o presidente Collor renunciou no último minuto. Foi, mesmo assim, cassado em seus direitos políticos. Mas o processo não terminou: o ex-presidente está com pedido de mandado no Supremo Tribunal Federal, para anulação da cassação. Em caso de resposta favorável, há quem diga que ele poderia ser candidato nas eleições de 1994.

O EX-PRESIDENTE Collor também responde a processo por corrupção passiva. Iniciado em 26 de abril deste ano, o processo já tem 26 volumes principais, totalizando mais de oito mil páginas. Estão sendo ouvidas testemunhas de defesa, e diversas etapas ainda deverão cumprir-se antes que se comece a vislumbrar um término para a ação.

A JUSTIÇA tem os seus prazos; e o caso é complexo. Mas a opinião pública se pergunta: chegaremos, realmente, a um fim, pelo menos em prazo hábil para

que se produzam os inevitáveis efeitos políticos de um episódio que deixou o país em estado de choque?

EMOTIVO, o brasileiro é capaz de indignar-se com facilidade. Ao mesmo tempo, apenas uma ação punitiva produz os seus primeiros efeitos, há a tendência a deixar o dito pelo não dito; a manifestar uma certa pena em relação aos acusados; a esperar que as coisas acabem se ajustando por si mesmas.

ASSIM, tudo se protela.

ACUMULA-SE, agora, carga vultosa de indignação contra os "sete anões" que saquearam o Orçamento da República. É, certamente, episódio da maior gravidade. Deve isto significar que episódios anteriores simplesmente deixam de existir? Onde está a prometida punição aos deputados que venderam seus mandatos — caso anterior e independente do da Comissão de Orçamento? Onde estão o processo e a consequente punição dos deputados baderneiros responsáveis pela falta de decoro na sessão de abertura da revisão constitucional?

CADA caso é um caso. Resolver cada um deles, e não deixar que o escândalo novo sufoque o escândalo antigo, é a única maneira de construir uma ordem política consistente. A não ser assim, ficaremos simplesmente brincando de trocar de escândalo, como quem troca de camisas ou de diversões.